

Das mãos de Bernardo Vieira Ravasco e Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque: documentos raros dos séculos XVII e XVIII

From the hands of Bernardo Vieira Ravasco and Gonçallo Ravasco Cavalcanty and Albuquerque: rare documents from the 17th And 18th centuries

Emília Carneiro dos Santos¹ 

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda^{1,2} 

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro¹ 

Editores-chefes

Marcus Dores
Célia Lopes

Editores convidados

Huda Santiago
Pedro Daniel Souza

Dossiê

Diálogos entre a
Sócio-História do
Português e a História
Social da Cultura Escrita

Recebido: 20/09/2022

Aceito: 22/06/2023

Como citar:

SANTOS, Emília Carneiro dos; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. Das mãos de Bernardo Vieira Ravasco e Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque: documentos raros dos séculos XVII e XVIII. Revista LaborHistórico, v.9, n.2, e54650, 2023. doi: <https://doi.org/10.24206/lh.v9i2.54650>

¹Universidade Estadual de Feira de Santana, Novo Horizonte, BA, Brasil.

²Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

E-mail: emiliacarneirosantos@gmail.com, marianafag@gmail.com, zenaidenovais@gmail.com

Resumo

Neste artigo, apresenta-se o estudo filológico de documentos dos séculos XVII e XVIII (1660-1725), escritos por duas gerações da família Vieira Ravasco: Bernardo Vieira Ravasco e seu filho Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, ambos nascidos no Brasil e escolarizados no Colégio dos Jesuítas, tendo ocupado a função de secretário do Estado do Brasil. Tal pesquisa está vinculada ao projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS), do Departamento de Letras e Artes (DLA), da Universidade Estadual de Feira de Santana. O referido projeto volta-se, na sua segunda etapa de execução, atual, à constituição de *corpus* ilustrativo do período colonial brasileiro, sempre pautado nas proposições de Mattos E Silva (2004); os documentos encontram-se fisicamente no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Portugal, e foram digitalizados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

Palavras-chaves

Português Brasileiro. Normas socialmente prestigiadas. Séculos XVII e XVIII. Edição semidiplomática. Banco de dados.

Abstract

This article, presents the philological study of documents from the 17th and 18th centuries (1660-1725), written by two generations of the Vieira Ravasco family: Bernardo Vieira Ravasco and his son Gonçallo Ravasco Cavalcanty and Albuquerque, both born in Brazil and educated at Colégio dos Jesuits, having held the position of Secretary of State of Brazil. This research is linked to the project Electronic Corpus of Historical Documents of the Sertão (CE-DOHS), of the Department of Letters and Arts (DLA), of the State University of Feira de Santana. In its current second stage of execution, the referred project turns to the constitution of an illustrative corpus of the Brazilian colonial period, always based on the propositions of Mattos E Silva (2004); the documents are physically in the Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), in Portugal, and were digitized by the Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

Keywords

Brazilian Portuguese. Socially prestigious norms. 17th and 18th centuries. Semidiplomatic edition. Database.

Para começar: “Como quixotes ou como loucos...”

A famosa narrativa de Miguel de Cervantes, “Dom Quixote”, apresentada ao público nos anos de 1605 e 1615, primeira e segunda partes, respectivamente, trouxe ao palco a história de um fidalgo que gostava muito de ler histórias de cavalaria. Por causa dessa paixão, o fidalgo passava dias e noites em claro, lendo suas narrativas, até que “perdeu o juízo” e resolveu “sair pelo mundo com suas armas e seu cavalo, em busca de aventuras, e viver tudo o que havia lido sobre cavaleiros andantes” (Cervantes, 2018, p. 7). O leitor que já teve o prazer de ler essa obra sabe que Dom Quixote de La Mancha viveu, em suas andanças, muitas façanhas, sem sucesso, sendo, por isso, considerado louco por todos que o conheciam.

Apresentar as corajosas e infrutíferas aventuras do supracitado fidalgo não é o propósito deste artigo, claro, como o próprio título o esclarece. O intuito de relembrar a narrativa de Miguel de Cervantes é ilustrar como, por muito tempo, os estudos de mudança linguística, sobretudo mudança linguística em tempos pretéritos, foram considerados um empreendimento quixotesco. Em 1994, Wiliam Labov (1994) já alertava sobre os grandes desafios que o especialista em Linguística Histórica teria ao enveredar por tais caminhos, e, em resposta a essa alusão, Mattos E Silva (2004,

p. 67), grande estudiosa da história da língua portuguesa e da história social linguística do português brasileiro (PB), afirmou: “como quixotes ou como loucos, ou apenas como brasileiros interessados em compreender um aspecto fundamental da sua história pregressa, aceitemos o convite”.

O convite foi aceito, e, até hoje, com paixão e entusiasmo, inúmeros pesquisadores se aventuram na tentativa de colaborar com a reconstrução da história social linguística do português brasileiro, sem dúvida, um grande desafio. Muitas histórias, para essa reconstrução – por aproximação –, devem ser contadas, conforme ressaltou Mattos E Silva (2004); à vista disso, embarca-se aqui em mais uma viagem!

Nesse ensejo, o presente trabalho apresenta resultados parciais da dissertação de mestrado, intitulada *Documentos da Família Vieira Ravasco (XVII-XVIII): edição semidiplomática e elementos para uma descrição da Concordância Verbal*, orientada pela professora doutora Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e defendida, em 2022, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Nesta publicação, é dado destaque ao estudo filológico realizado (Santos, 2022).

O texto está organizado da seguinte forma: na seção primeira, uma breve abordagem sobre os desafios para uma reconstrução da história social linguística do português brasileiro; na segunda seção, a contextualização sócio-histórica dos documentos; na terceira, o *labor* da edição, com as descrições extrínseca e intrínseca dos manuscritos, os critérios da edição semidiplomática e uma pequena amostra da edição; para encerrar, as considerações finais seguidas pelas referências bibliográficas consultadas.

O desafio de reconstrução da história social linguística do português brasileiro

Consoante Mattos E Silva (2004, p. 32), foi Serafim da Silva Neto o primeiro “estudioso da língua portuguesa que procurou ir às fontes sócio-históricas do passado para uma reconstrução do percurso histórico da ‘língua portuguesa no Brasil’”; quem redirecionou a temática, todavia, buscando aprofundar a questão da história do PB, foi Antônio Houaiss, em 1985, em seu ensaio *O português no Brasil*.

Nesse trabalho, Houaiss (1985 *apud* Mattos E Silva, 2004, p. 33) alega que ainda não havia trabalhos suficientes para “elaborar uma história da língua portuguesa no Brasil”. À vista disso, ele propõe algumas pautas de pesquisa, a partir de quatro vias:

- 1.a do levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos linguísticos havidos a partir (e mesmo antes, para com os indígenas e negros) dos inícios da colonização, levantamentos já em curso assistemático desde os historiadores dos meados do século XIX para cá; 2.o mapeamento confiável da dialectologia brasileira 3.o incremento da dialectologia vertical em tantos quanto

possíveis grandes centros e focos rurais antigos, a fim de se ver a interinfluência entre o rural e o urbano na transmissão adquirida e induzida; 4. *a penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias, não numa leitura estética...* mas essencialmente linguística (Houaiss, 1985, p. 127-128 *apud* Mattos E Silva, 2004, p. 33).

Considerando as pautas de pesquisa supracitadas, Mattos E Silva (1998, 2004) propôs um programa investigativo, a ser realizado coletivamente, com a finalidade de ampliar as possibilidades de estudos, para alcançar o objetivo de “reconstruir uma história social linguística do Brasil” (Mattos E Silva, 2004, p. 58). Para isso, a referida autora sugeriu quatro campos de pesquisa, os quais, conectados, são necessários para a investigação sobre as “mudanças linguísticas que fizeram e fazem o português brasileiro ter as características que tem, o seu perfil próprio, a sua gramática” (Mattos E Silva, 2004, p. 58).

Os referidos campos são:

(a) o campo que se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil; (b) o campo que se moverá na reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística histórica; (c) o campo que se moverá na reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro; (d) o campo que se moverá no âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro (Mattos E Silva, 2004, p. 58).

Dessa forma, os trabalhos voltados para o campo (a) devem envolver questões referentes à história social do Brasil, enfatizando aspectos sobre a escolarização e a demografia, além de recuperar “processos linguageiros havidos e ainda existentes no Brasil”; as pesquisas do campo (b) envolverão fatores linguísticos e sociais, com o intuito de observar a “variação histórica”; para tanto, necessita-se de conjuntos de documentos ilustrativos de diferentes gêneros e contextos; o campo (c) consistirá em pesquisas voltadas para a estrutura interna da língua; e o campo (d) buscará observar as mudanças linguísticas ocorridas no PB e compará-las com o português europeu (PE), dedicando-se a análises contrastivas (Mattos E Silva, 2004).

A partir dos campos supracitados, em 1997, surgiu uma proposta coletiva de pesquisa, que se organizou em agendas, as quais visavam a seguir as sugestões acima expostas: o Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB)¹, criado a partir do Projeto de História do Português Paulista (PHPP), o qual objetivava “historiar o português de São Paulo” (Castilho, 1998; 2018, p. 26).

¹ Atualmente o PHPB é coordenado pelo professor doutor Sandro Marcio Drumond Alves Marengo, da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Motivado pelo desejo de retomar as pesquisas em Linguística Histórica na Universidade de São Paulo (USP), descobrir as raízes de fenômenos linguísticos encontrados por alguns projetos já existentes na época² e refletir sobre as atividades que estavam em desenvolvimento no Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR) – projeto criado na década de 1990, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), pela professora Rosa Virgínia Mattos E Silva, com o intuito de “desvendar o passado da língua portuguesa e do português brasileiro (Mattos E Silva, 2004, p. 122) –, o PHPP realizou, em São Paulo, o seu primeiro seminário. Na ocasião, pesquisadores de diversas regiões do país foram convidados a participar. Ao término do seminário, por decisão dos participantes, o projeto, até então regional, tornou-se um projeto de expansão nacional, numa rede de pesquisa, o PHPB.

As agendas propostas para a organização do programa referido foram: “(1) organização do *corpus* diacrônico; (2) História social do PB; (3) Mudança gramatical do PB; (4) Tradições discursivas: constituição e mudança dos gêneros discursivos. Diacronia dos processos constitutivos do texto; (5) História do Léxico” (Castilho, 2018, p. 28-29). Por meio dessas agendas, conforme Castilho (2018), o PHPB, desde a sua gênese, busca historiar a formação da identidade linguística do Brasil, por meio dos quatro sistemas que organizam uma língua natural: Gramática, Discurso, Léxico e Semântica.

O PHPB, desde a sua gênese, está distribuído em equipes regionais, as quais desenvolvem suas pesquisas por meio dos diversos quadros teóricos que embasam a Linguística Histórica em seu sentido mais amplo: a teoria sociolinguística, a teoria gerativista, a teoria funcionalista e a teoria cognitivista.

A constituição de corpora diacrônicos do português brasileiro: uma agenda necessária

Para estudar a língua em tempos pretéritos, o estudioso faz uso dos materiais que foram deixados pelo tempo, a exemplo dos textos, já que, conforme afirma Lose (2017, p. 81), os “textos antigos, independente do conteúdo apresentado, carregam a língua em estados passados”. Entretanto, os textos “sofrem modificações ao longo do processo de sua transmissão” (Cambráia, 2005, p. 1), sejam transformações relacionadas ao processo de conservação do suporte material do texto, modificações exógenas, sejam referentes ao processo de reprodução do próprio texto, transformações endógenas, as quais podem ser divididas em autorais e não autorais. A primeira diz respeito às alterações realizadas pelo próprio autor do texto; a segunda refere-se às alterações realizadas por terceiros, seja de maneira voluntária, seja involuntária (Cambráia, 2005). Tendo isso em consideração, a fim de tornar os textos de tempos

² O Projeto Norma Urbana Culta (NURC), iniciado em 1969, com a proposta de documentar a língua falada culta de cinco capitais brasileiras: Salvador, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. E o Projeto de Gramática do Português Falado no Brasil (PGPF, 1988-2006).

pretéritos acessíveis, é necessário realizar o “estudo global do texto” (Cabraia, 2005, p. 18), e a ciência responsável por esse estudo é a Filologia.

Cabraia (2005, p. 19) afirma que “a recuperação do patrimônio escrito de uma dada cultura” é uma das contribuições da Filologia enquanto crítica textual, pois, por meio da restauração das formas físicas e do conteúdo do texto, é possível colaborar com a sua conservação; assim, todas as áreas de conhecimento que têm, como fonte de pesquisa, o texto escrito, são beneficiadas, como é o caso da Linguística Histórica *Stricto Sensu* (Mattos E Silva, 2008a), a qual realiza seus estudos a partir de fontes textuais que precisam ser, rigorosamente, preparadas, a fim de conservar as marcas linguísticas ali presentes, pois

Uma descrição linguística só tem validade se, de fato, os textos adotados como fonte de dados espelharem o emprego efetivo da língua (ainda que apenas na sua modalidade escrita): textos com deturpações levam um linguista a considerar, como atestação de uma palavra ou estrutura linguística, algo que é simplesmente erro de cópia e que, portanto, não reflete o uso real da língua (Cabraia, 2005, p. 20).

Por outro lado, o filólogo também precisa possuir algum conhecimento em Linguística, tendo em vista que “o texto tem como pilar a língua” (Cabraia, 2005, p. 31). Sendo assim, ao editar um texto, o filólogo precisa conhecer a língua da época para não cair em escolhas errôneas. A interrelação entre essas duas áreas do conhecimento foi muito bem ilustrada por Mattos E Silva (2008a, p. 10). Conforme a referida autora, a Filologia e a Linguística Histórica encontram-se no mesmo patamar enquanto ciências autônomas, com métodos e objeto de estudo próprios, e é a Linguística Histórica *Stricto Sensu* que mais depende diretamente do trabalho filológico, já que “não se pode fazer linguística histórica ou diacrônica sem a documentação remanescente do passado” (Mattos E Silva, 2008a, p. 14). Desta forma, “não se pode nem se deve utilizar qualquer edição de texto do passado para a análise histórico-diacrônica: a edição tem de ter sido feita com o *rigor filológico* e com o objetivo claro de servir a estudos linguísticos” (Mattos E Silva, 2008a, p. 15).

Atualmente, Lobo (2009, p. 313) enfatiza que, a cada dia, o diálogo do “linguista-filólogo” com a História Social da Cultura Escrita vem-se fortalecendo. Sobre esse diálogo, Santiago *et al.* (2021, p. 320) afirmam que “essa aproximação [...] além de permitir novos olhares em torno da exploração dos arquivos pessoais, das práticas sociais de escrita cotidiana, de pessoas comuns, não ilustres, contribui para um melhor tratamento metodológico à constituição dos *corpora*”. Esse tratamento metodológico citado pelas autoras refere-se ao controle de dados relacionados aos testemunhos estudados, isto é, é necessário controlar algumas variáveis, como o tipo de texto, onde ele foi escrito, para quem foi escrito, quando foi escrito (Mattos E Silva, 2004, p. 110).

Controlar tais variáveis, conforme Mattos E Silva (2004, p. 110), tem por objetivo “tornar ‘menos maus’ os dados do passado da língua portuguesa”, já que, conforme pontuou Labov (1982, p. 20), o trabalho dos pesquisadores em mudança linguística em tempo real, de longa duração, é um trabalho a partir de “maus dados”, tendo em vista que a documentação escrita, sobrevivente às ações do tempo, é fragmentária, resultante de “acidentes históricos”.

No que se refere a desvelar as origens das variedades do português brasileiro, Mattos E Silva (2008b), em seu artigo, intitulado *Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa*, defende que o português europeu (PE) seria o antecedente histórico do português culto³. Conforme a referida autora, essa variedade do português se diferenciava de outras variedades da época e seria

[...] próprio aos segmentos mais altos da sociedade colonial e teria o português europeu do colonizador como modelo a ser seguido. [...] esse português europeu aqui chegado nesses séculos seria não só sociolingüística como dialetalmente diversificado – vieram letrados e iletrados, vieram portugueses de várias áreas regionais, talvez predominantemente do noroeste português por razões demográficas próprias a essas áreas –, mas também diacronicamente distinto, já que o português europeu continuou os seus processos de mudanças ao longo dos séculos referidos (Mattos E Silva, 2008b, p. 17).

Para desvelar a origem dessa variedade do português, a referida autora enfatizou a necessidade de verificar qual variedade do PE desembarcou no Brasil, em 1500, observando os vários tipos de documentação remanescente, cujos autores serão os portugueses letrados ou os seus descendentes nascidos no Brasil, que, na época da colonização, não correspondiam a 35% da população.

Entretanto, ao enveredar nos caminhos “quixotescos” em busca desse tipo de documentação, precisa-se observar que o antecedente histórico do português culto não é homogêneo, mas heterogêneo, além do que ele não chegou ao Brasil em apenas um momento histórico, mas em diversos momentos, desde as caravelas de Cabral até a corrida pela exploração das riquezas da terra; uma tarefa árdua, mas que instiga muitos pesquisadores, como se verá a seguir.

³ O termo ‘culto’ aqui é entendido, conforme define Faraco (2008, p. 54), como a “norma linguística praticada em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau de monitoramento), por aqueles grupos sociais que têm estado mais diretamente relacionados com a cultura escrita”.

O CE-DOHS4 na fase 2: para um banco de documentos do período colonial brasileiro

Um exemplo dos muitos projetos regionais que estão vinculados ao PHPB é o projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS)⁵, coordenado pelas professoras doutoras Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, no âmbito do Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP)⁶, coordenado também por esta professora, do Departamento de Letras e Artes (DLA), da UEFS.

O projeto supracitado, com mais de 10 anos de criação, trata-se de uma

plataforma de *corpora* para a história do português brasileiro, disponibilizando, na rede mundial de computadores, com acesso livre e gratuito, extensa base documental para estudo do português do Brasil, organizada em dois conjuntos: conjunto 1 – composto por textos escritos entre 1808 e 2000, por indivíduos nascidos no Brasil, a partir de 1756, e por amostras de fala de brasileiros, gravadas na década de 90 do século XX, na Bahia, num total de 1.553 textos editados em linguagem xml (aproximadamente 1 milhão de palavras); conjunto 2 – composto por manuscritos produzidos entre 1640 e 1808 por diferentes populações nascidas no Brasil, a partir de 1590 (Carneiro; Lacerda, 2022).

Os documentos estudados neste trabalho estão inseridos no conjunto 2 do CE-DOHS, o qual é marcado pela raridade das fontes; sabe-se que a escrita é a via possível para as pesquisas em Linguística Histórica no “*devoir* do tempo”; os trabalhos nessa perspectiva se deparam, no entanto, com “o problema da lacunaridade do registro escrito”, ou seja, nem todas as línguas são de tradição escrita e não é possível “estudar pela via do registro todas as etapas da evolução dos idiomas com escrita, em vista das lacunas documentais” (Paixão de Sousa, 2006, p. 25). Além disso, os registros que são encontrados se deparam com as questões metodológicas sobre o que é possível examinar, já que o acesso se dá apenas por meio do que se deixa narrar (Paixão de Souza, 2006, p. 25).

Ademais, esse conjunto é caracterizado como pertencente ao período do “multi-linguismo generalizado”; assim, a documentação aí organizada pode revelar aspectos que permitam “estudar a gestação do português brasileiro culto e do português brasileiro popular” (Carneiro; Lacerda, 2019, p. 213), e, mesmo diante da escassez de fontes desse período, o projeto possui preciosos textos, que formam pequenos acervos ilustrativos de algumas gentes nascidas no Brasil, a partir de 1590.

⁴ Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão.

⁵ Página online do projeto: <<http://www.uefs.br/cedohs/>>.

⁶ Página online do NELP: <<https://nelpuefs.wordpress.com/>>.

O CE-DOHS se dedica a reunir documentação para os estudos da história social e linguística do PB, organizando-se para viabilizar a “prospecção documental em fontes confiáveis; caracterização sócio-histórica de acervos; edições em diferentes formatos; processamento, armazenamento e disponibilização de dados” (Santiago *et al.*, 2021, p. 314).

A colaboração e o esforço de muitos pesquisadores, qualificados em diferentes áreas do conhecimento, como “a Filologia, a História Social da Cultura Escrita, a Linguística Computacional, entre outros” (Santiago *et al.*, 2021, p. 314), são essenciais para o desenvolvimento dos trabalhos. O PHPB e suas equipes regionais, a exemplo do CE-DOHS, contribuem significativamente para contar uma história do PB; até o presente momento, inúmeros trabalhos já foram realizados e publicados⁷.

Documentos da Família Vieira Ravasco XVII-XVIII (1660-1725): uma amostra ilustrativa do português brasileiro culto da Bahia colonial

Quando se trata de estudar manuscritos do período colonial, Mattos E Silva (2004, p. 113) faz o seguinte questionamento: “a documentação escrita no Brasil, a partir da colonização, foi escrita por portugueses ou por indivíduos de naturalidade brasileira que estudaram em Portugal ou por outros habitantes do Brasil, aqui literatizados?” No que concerne aos manuscritos aqui estudados, pode-se dizer que eles foram escritos por brancos brasileiros, descendentes de portugueses, escolarizados nos colégios dos jesuítas, na Bahia. Sendo assim, tudo leva a crer que a documentação corresponde ao português **do** Brasil, isto é, “o estudo da sociedade americana falante do português”, ou seja, o falante que teve sua aquisição de língua materna em terras brasileiras, em detrimento do “estudo da língua da comunidade europeia”, o português **no** Brasil (Barbosa, 1999, p. 14). A seguir, apresenta-se a caracterização sócio-histórica dos documentos.

Quando, onde, quem e para quê: o controle sócio-histórico

Consoante Mattos E Silva (2004), os “maus dados” com que trabalha o pesquisador da Linguística Histórica podem ser amenizados por meio do controle de algumas variáveis: quando, onde, quem, para quem, e o controle do gênero textual. Para controlar essas variáveis, é necessário beber de outras fontes, como as fontes da historiografia, além de observar as pistas que o próprio texto oferece.

⁷ Sobre alguns desses trabalhos, ver Castilho (2018).

Quando?

Ao embarcar nos documentos da Família *Vieira Ravasco*, o leitor é convidado a viajar no tempo e passear pelo final do século XVII e início do século XVIII. O início da trajetória dessa família em terras brasileiras foi no ano de 1614, mais especificamente. Já os documentos são datados a partir de 1662.

Onde?

O cenário principal da história da Família *Vieira Ravasco* foi a Capitania da Bahia, doada a Francisco Pereira Coutinho, um fidalgo português, que chegou ao Brasil, em 1536; após sua morte, a capitania foi vendida a D. João III, e, em 1548, foi estabelecido um controle régio, por meio da nomeação de um Governador Geral, Tomé de Sousa, e outras figuras representando a Coroa Portuguesa na Bahia.

A Bahia foi “a mais rica região da América portuguesa até a descoberta do ouro no interior da região centro” (Krause, 2014, p. 204). Isso porque, em inícios do século XVI, a Bahia tornou-se a segunda região açucareira do Brasil, mantendo-se em atividade durante a maior parte do século XVIII (Schwartz, 1988, p. 89).

Os engenhos de açúcar eram considerados verdadeiras “fábricas no campo” e foram sustentados pelo trabalho de homens e mulheres da África, escravizados. Eles eram os responsáveis pela preparação do solo, pelo plantio, pela colheita, pelo transporte dos campos até o engenho e pelo beneficiamento necessário para a produção do açúcar.

Possuir o título de Senhor de Engenho implicava poder aquisitivo e prestígio social; por essa razão, muitos portugueses chegavam à Bahia, com o intuito de obter tais poderes. Conforme retrata a historiografia, os anos seiscentos foram produtivos no que diz respeito à economia: a capitania da Bahia possuía maior dízimo, em relação ao Rio de Janeiro e a Pernambuco (Krause, 2018).

E é nesse contexto econômico que a família *Vieira Ravasco* estava inserida, uma família que possuía poder econômico atrelado aos engenhos de açúcar, além do prestígio social, adquirido, principalmente, pela influência do Padre Antônio Vieira, jesuíta e irmão do secretário Bernardo Vieira.

Quem? Bernardo Vieira Ravasco

O primeiro escrevente chama-se Bernardo Vieira Ravasco, nascido na Capitania da Bahia, em 1617, dois anos após a chegada de sua família em terras brasileiras. É filho dos portugueses Cristóvão Vieira Ravasco, nascido na Vila de Moura, e Maria de Azevedo, mulher de grande erudição. O casal português chegou ao Brasil, juntamente com o primeiro filho de oito anos de idade, o qual adquiriu fama e renome, não somente em terras brasileiras, mas também pela Europa, o Padre Antônio Vieira. No Brasil, nasceram Bernardo Vieira Ravasco, suas irmãs, Leonarda Vieira de Azevedo Ravasco, Maria de Azevedo, Inácia de Azevedo Ravasco e Catarina Ravasco (Puntoni, 2013).

Bernardo Vieira Ravasco exerceu a carreira militar durante 14 anos, iniciando-a como soldado, aos 21 anos, em seguida, passando a alferes e, depois, capitão da infantaria. Após encerrar sua carreira militar, Bernardo tornou-se o primeiro secretário do Estado do Brasil, cargo que ocupou durante 57 anos até a sua morte, aos 80 anos (Puntoni, 2013).

Com o cargo de secretário do Estado, o irmão do padre Antônio Vieira controlava os documentos oficiais do governo, conforme pontua Silva (2019):

A atuação de Bernardo Vieira resulta na gestão em cartório dos documentos e na construção de uma memória administrativa do governo geral em terras brasílicas. Tal secretário formalizou o ofício no âmbito do governo geral, institucionalizado a posse de todos os documentos oficiais do governo, sendo o principal conhecedor dos trâmites concernentes à administração, com posse das diversas ordens que chegavam e informando as respectivas políticas que haviam sido executadas pelos governadores gerais (Silva, 2019, p. 1).

O primeiro secretário do Estado do Brasil foi escolarizado no colégio dos Jesuítas, possuía habilidades com a língua castelhana, tendo sido principiante na arte da poesia, de discursos e sermões, embora não se tenham muitas notícias sobre a publicação de suas composições. Além disso, o irmão do padre Vieira foi dono do cartório do Estado, “o que lhe dava não pouco poder na gestão cotidiana dos papéis da administração, nas cópias das patentes e na ordem do acervo de decisões, ou seja, no controle do arquivo daquela jurisdição” (Puntoni, 2013, p. 203). No entanto, essas não eram as únicas funções que davam prestígio a Bernardo, já que ele também possuía terras, currais e um engenho de açúcar.

Embora não se tenha casado oficialmente, Bernardo Vieira Ravasco teve três filhos, frutos da união ilícita com d. Felipa Cavalcante de Albuquerque; foram eles: Cristóvão Vieira Ravasco Cavalcanti de Albuquerque, que recebeu o nome do avô paterno e morreu ainda jovem, em batalhas nas guerras holandesas; Bernardina Maria de Albuquerque, cuja morte alcançou ainda na flor da idade, e Gonçalo Ravasco Cavalcante de Albuquerque, o seu sucessor. Bernardo morreu em 20 de julho de 1697 e foi sepultado na igreja do Convento do Carmo da Bahia (Puntoni, 2013).

Quem? Gonçalo Ravasco Cavalcante e Albuquerque

Dos três filhos de Bernardo, o que conseguiu alcançar um lugar de prestígio na Bahia seiscentista foi Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, segundo escrevente dos manuscritos. Ele nasceu na Bahia, em 1639, foi escolarizado na Escola dos Jesuítas e seguiu os passos do pai, em tudo: “Distinguio-se como poeta escrevendo autos sacramentáes. Succedeu a seu pai no cargo de secretario do estado do Brazil, e foi alcaide mór de Cabofrio, commendador de Christo, fidalgo da casa real” (Silva, 1858, p. 312-313).

Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque assumiu o ofício de Secretário do Estado antes mesmo do óbito de seu pai; segundo Puntoni (2013, p. 208), o filho do secretário “vivera como herdeiro do ofício da secretaria do Estado, que foi obtida bem antes da morte do pai, por meio de alvará em 1676, no qual o rei prometia que o cargo seria a ele passado”.

Foi casado com d. Leonor Josefa de Menezes, mas, dessa união, não se registrou nenhum filho. Dentre seus companheiros de estudos, de festas e brincadeiras, estava Gregório de Matos, escritor e poeta. Gonçalo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque faleceu em 09 de outubro de 1725.

Para quê

Foi no âmbito da gestão de Bernardo Vieira Ravasco e Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque como secretários do Estado do Brasil que os manuscritos estudados neste trabalho foram produzidos. Como já mencionado, os secretários detinham poderes para controlar “parte da prática política e administrativa do Estado do Brasil, notadamente nas matérias de justiça (provisamento e confirmação dos ofícios) e de guerra [...]” (Puntoni, 2013, p. 232).

A função de secretário é bastante antiga; entretanto, no Estado do Brasil, esse ofício só foi oficializado em 1646, por meio de uma carta de provisão de D. João IV. Inicialmente, o primeiro secretário obteve a ordem para exercer a profissão durante três anos, recebendo cerca de cem mil réis por ano. Posteriormente, devido ao prestígio do irmão do primeiro secretário, o padre Antônio Vieira, o ofício passou a ser definitivo. Vale ressaltar que a decisão de nomear alguém como secretário deveria partir sempre do poder do rei; os governadores não possuíam essa autoridade, por isso, muitas vezes, o poder do secretário poderia ameaçar o poder do Governador Geral, já que, na Secretaria, era possível controlar todos os papéis da parte notarial política e administrativa do Estado do Brasil (Puntoni, 2013).

O corpus nas mãos da Filologia

Apresentam-se, nesta seção, o *corpus* desta pesquisa e uma sucinta análise paleográfica dos materiais, observando suas características extrínsecas e intrínsecas, com base em Accioli (1994), Cambraia (2005) e Loseet *al.* (2009). Também se encontram aqui apresentados ao leitor o tipo de edição realizada e os critérios adotados para tal.

Descrição dos manuscritos

Para descrever um documento, é preciso considerar aspectos relacionados a suas características físicas, descrição extrínseca, bem como aspectos relacionados a suas características internas, descrição intrínseca.

Na descrição extrínseca, observam-se aspectos referentes à grafia, como o tipo e tamanho de letra; aspectos referentes ao suporte utilizado para a escrita, como tipo

de tinta, de papel, além de informar a origem e época do documento. Na descrição intrínseca, observam-se o conteúdo e aspectos linguísticos (Loseet *al.*, 2009). Para descrever tais características, é necessário dispor dos conhecimentos da Paleografia, “ciência que lê e interpreta as formas gráficas antigas[...].” (Accioli, 1994, p. 06).

Aspectos extrínsecos

Conforme mencionado anteriormente, descrever as características externas dos documentos corresponde à descrição extrínseca, a qual é bem definida por Loseet *al.* (2009, p. 34), conforme segue:

Entende-se como descrição extrínseca a apresentação minuciosa das características físicas da obra: tamanho do suporte e da mancha escrita, quantidade de fólhos, tipo de letra, indicação de presença de letras ornadas e descrição das suas características, tinta utilizada, quantidade de linhas escritas por fólho, estado de conservação do documento, indicação da presença de ornamentos e descrição das suas características, em suma, uma descrição detalhada das características externas da obra, deixando-se de fora, neste momento, o seu conteúdo e a sua língua (Loseet *al.*, 2009, p. 34).

Em relação aos aspectos caligráficos, as características aqui encontradas indicam uma escrita humanística cursiva, “sobre papel, sem traçados de linhas (Accioli, 1994, p. 55). Tais características podem ser comprovadas, conferindo as Figuras 1 e 2.

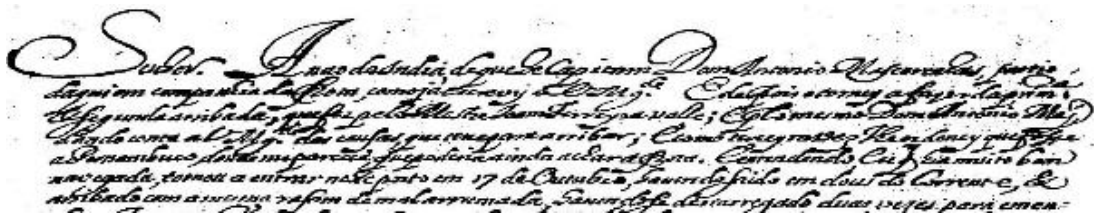
A handwritten document in cursive script, likely a legal or official document. The text is written in a fluid, connected style characteristic of the humanist cursive. The ink is dark, and the paper appears aged. The text is written in Portuguese and includes a date of 17th September.

Figura 1. Aspectos caligráficos de Bernardo Viera Ravasco: escrita sem traçado de linhas.

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

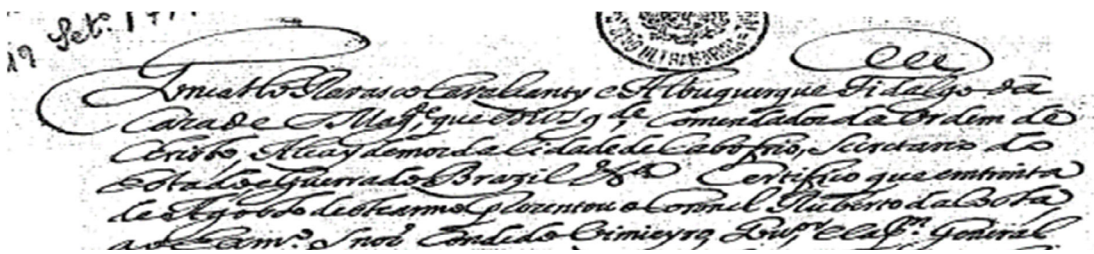
A handwritten document in cursive script, likely a legal or official document. The text is written in a fluid, connected style characteristic of the humanist cursive. The ink is dark, and the paper appears aged. The text is written in Portuguese and includes a date of 17th September. There is a circular stamp or seal visible in the upper right portion of the document.

Figura 2. Aspectos caligráficos de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque: escrita sem traçado de linhas.

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

Segundo Accioli (1994, p. 55), não havia regras quanto à disposição das margens no papel, podendo ser de diversas larguras; eram uniformes, porém. Geralmente, eram os documentos redigidos em colunas, a partir da metade do fôlio. Essas características estão presentes nos documentos aqui estudados, sendo que, em alguns, aparecem lançamentos marginais à esquerda e, em outros, uma escrita na margem superior, ao que tudo indica, feita por outra mão. Confira-se a Figura 3.

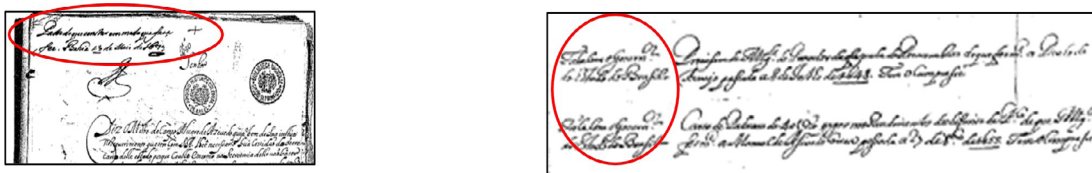


Figura 3. Lançamentos marginais.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

Nos manuscritos do primeiro escrevente, Bernardo Viera Ravasco, observa-se a predominância de uma margem mais larga (Figura 4):

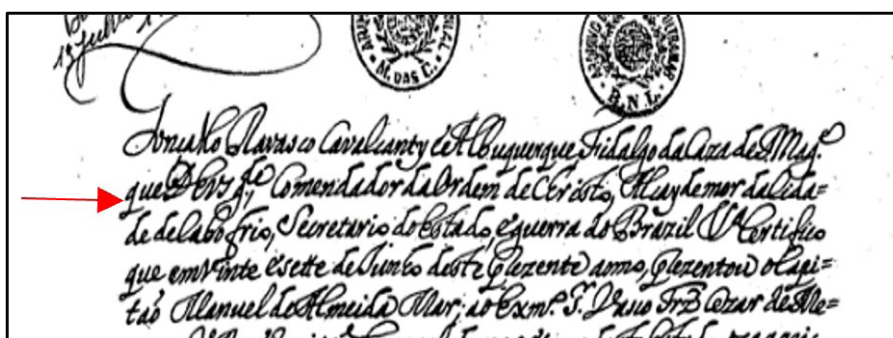


Figura 4. Manuscrito com margem larga: Bernardo Vieira Ravasco.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

Nos manuscritos do segundo escrevente, Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, observa-se, por outro lado, tanto uma margem mais larga, como uma margem mais estreita. A margem mais estreita predomina em espécies textuais, como certificado e atestado, conforme Figuras 5 e 6.



Figura 5. Margem mais estreita: segundo escrevente.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

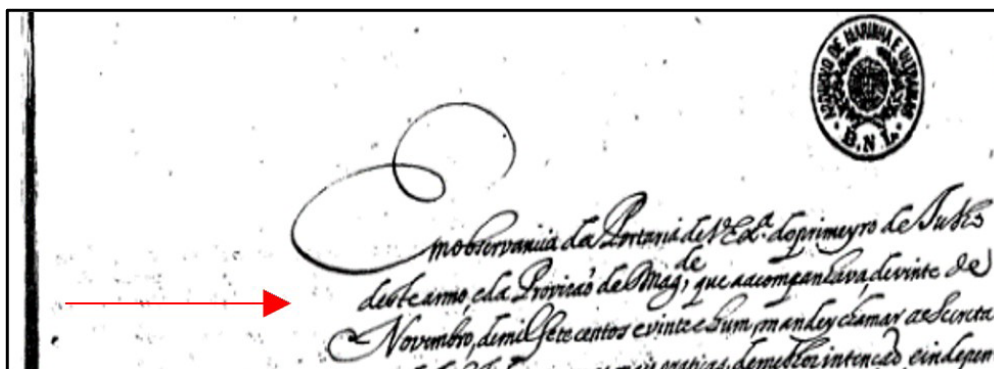


Figura 6. Margem mais larga: segundo escrevente.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

Além disso, é possível observar, nos documentos, a presença de carimbos: naqueles redigidos por Bernardo Vieira Ravasco, consta o carimbo do Arquivo Histórico Colonial; nos manuscritos redigidos por Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, consta a presença do carimbo do Arquivo Histórico Ultramarino, além do carimbo da Biblioteca Nacional. Confirmam-se Figuras 7 e 8.

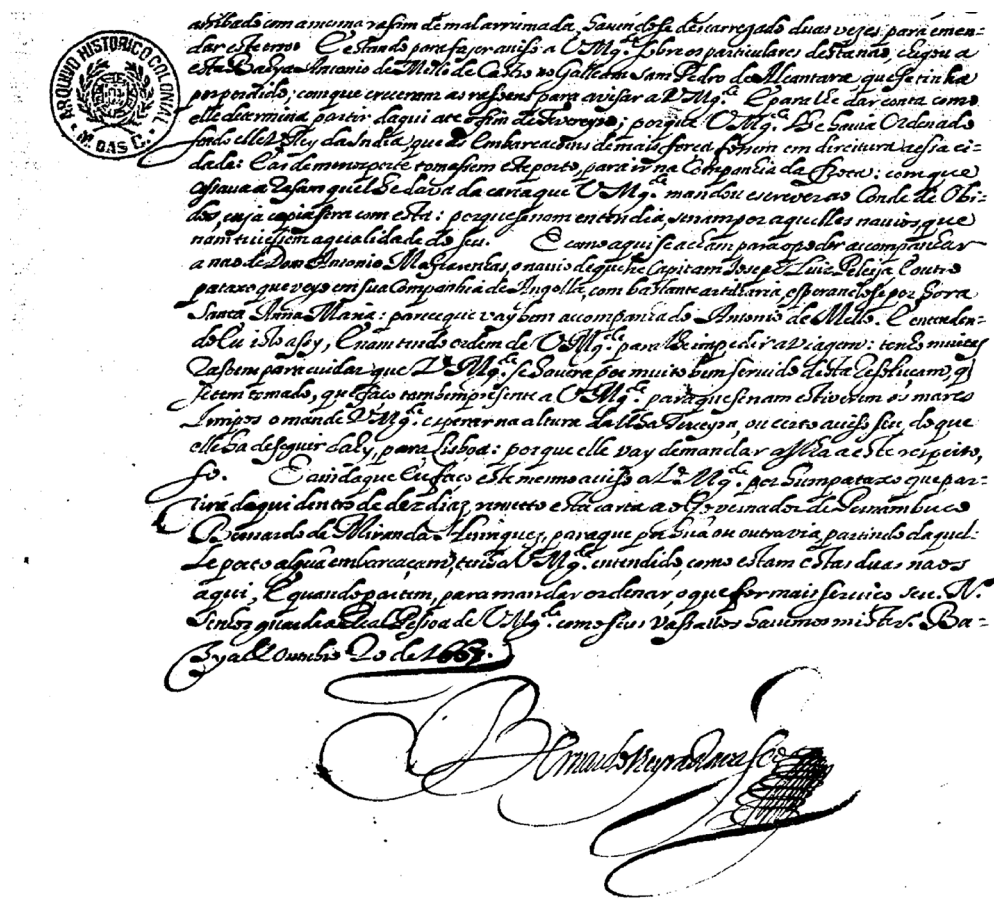


Figura 7. Carimbo nos manuscritos de Bernardo Vieira Ravasco.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

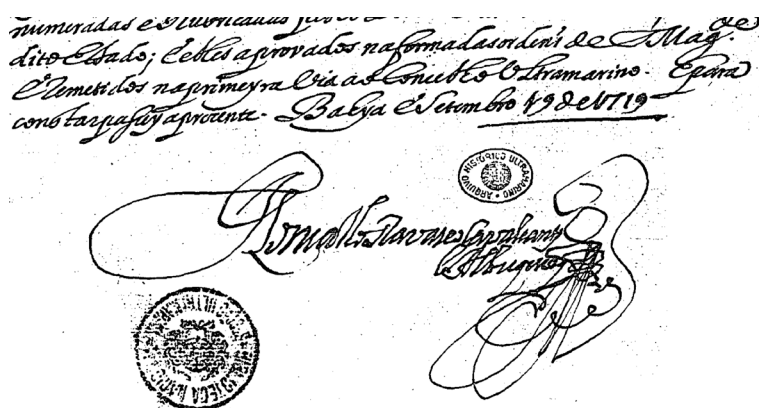


Figura 8. Carimbo nos manuscritos de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

Nessa época, era comum aos homens com função administrativa possuir seu próprio selo, o chamado sinete, ou o seu sinal público, uma espécie de assinatura, com laçadas graúdas, as quais eram responsáveis pela autenticidade ou falsidade dos documentos (Accioli, 1994). No caso dos secretários, observam-se, em suas assinaturas, grandes laçadas, o que leva a crer que elas serviam com um sinal público, conforme as assinaturas abaixo, nas Figuras 9 e 10:



Figura 9. Assinatura de Bernardo Vieira Ravasco.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

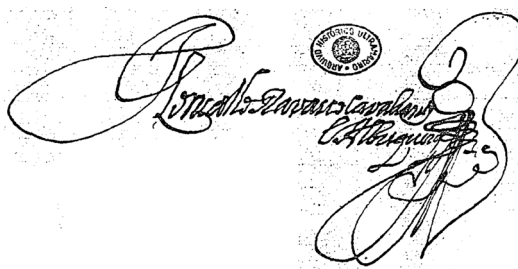


Figura 10. Assinatura de Gonçallo Ravasco.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

Como instrumento de escrita, costumava-se utilizar, nesse período, “a pena de ave que retinha a tinta por capilaridade e como tinta a de noz gálica de cor castanha” (Accioli, 1994, p. 57); assim, infere-se que esses foram os materiais utilizados nos manuscritos escritos pelos Vieira Ravasco.

Aparentemente, os manuscritos encontram-se em bom estado de conservação; apenas em alguns, podem-se perceber marcas de deterioração e corrosões, distribuídas no ângulo superior ou à margem esquerda do papel e, em outros, um pouco de apagamento da tinta, conforme Figura 11.

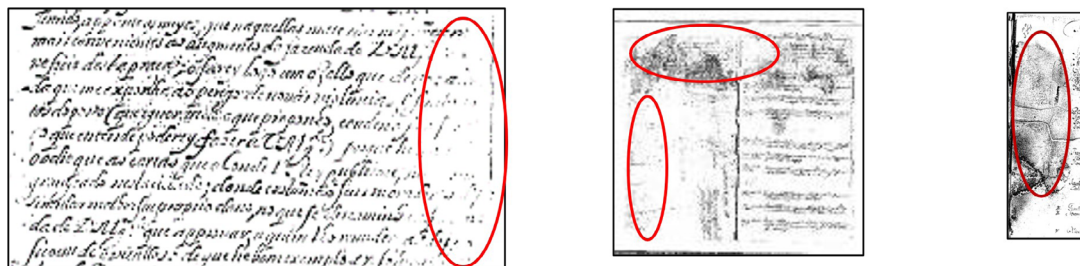


Figura 11. Estado de conservação dos documentos.

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

Aparentemente, ainda mais conservados estão os documentos atribuídos ao filho do secretário. Constam apenas neles pequenos desgastes, provavelmente causados pela ação de insetos, conforme Figura 12.

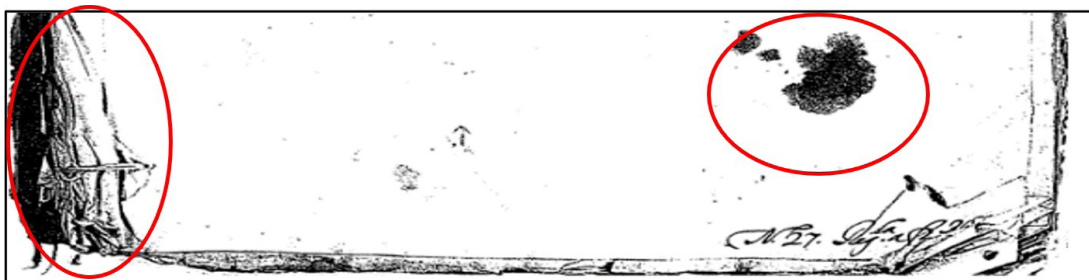


Figura 12. Exemplo de deterioração nos manuscritos de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque.

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

Há ainda, nos documentos pertencentes ao segundo escrevente, a sombra da mancha escrita do fôlio seguinte, apresentando um traço inclinado abaixo do texto até a assinatura do escrevente:

São perceptíveis, ainda, nos documentos de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, algumas marcas, certamente do controle do acervo onde os originais estão depositados, como o carimbo da Biblioteca Nacional e o aviso de tinta repassada, provavelmente colocado no momento da digitalização do manuscrito. Confirmam-se Figuras 13 e 14.



Figura 13. Sombra da escrita: Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

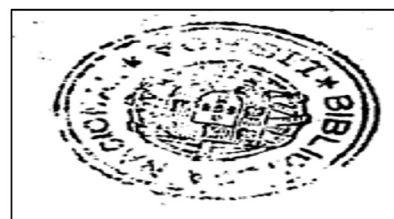
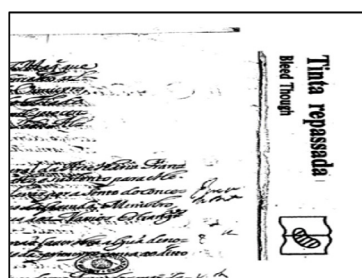


Figura 14. Marcas do controle do acervo.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

Em suma, pode-se inferir, diante do estudo extrínseco realizado, que os documentos foram escritos com letras cursivas humanística; estão bem conservados; possuem marcas do acervo (carimbos, aviso de tinta repassada); bem como alguns escritos por terceiros nas margens de alguns documentos.

Aspectos intrínsecos

Conforme Lose *et al.* (2009), os aspectos intrínsecos do documento

são definidos aqui como aquelas características ainda não ligadas à “língua”, mas sim às peculiaridades “ortográficas” de cada scriptor. É importante fazer uma ressalva para o fato de que “ortografia”, neste contexto, não deve ser pensada como a escrita correta, mas sim como a forma de escrever e de dispor e combinar os grafemas, criando, desta forma, fatos linguísticos a serem analisados (Lose *et al.*, 2009, p. 47).

Desta forma, o estudo descritivo dos grafemas e das peculiaridades da escrita de cada escrevente se torna indispensável para a análise de documentos antigos, pois, a partir desse estudo, é possível ter um olhar mais minucioso sobre a mão que escreve. Além das peculiaridades gráficas, observa-se, também, na descrição intrínseca, o conteúdo dos documentos.

Os manuscritos relacionados a Bernardo Vieira Ravasco são compostos por: certidões, cartas, escrito do secretário, extrato, lista, relação, memória e fés de ofícios. Os conteúdos são de múltiplos interesses, a depender da espécie do documento; há relatos sobre naufrágios, nomeações, listas de homens de negócios da Bahia, levantamentos sobre a quantidade de fortes, baluartes da Bahia naquele período, levantamento sobre as provisões enviadas e recebidas de Pernambuco, relatos sobre os feitos do Governador Geral etc.

Segundo Cambraia (2005), o trabalho paleográfico é imprescindível para fazer uma boa decodificação da escrita de um texto antigo, haja vista que interpretações e leituras equivocadas são realizadas, devido a uma decodificação confusa. Daí a importância de observar aspectos referentes à “descrição sucinta de características da escrita”, tais como a forma da letra, o ângulo (a inclinação), o *ductus* (sentido dos traços), o módulo (o tamanho), o peso (traços finos ou grossos) etc., além dos elementos não alfabéticos, como números, sinais de pontuação; também ressalta o autor a importância da descrição das abreviaturas (Cambraia, 2005, p. 24).

Para observar melhor essas características, fez-se um quadro *escriptográfico*, no qual consta o alfabeto de cada escrevente, observando-se a posição de cada letra – inicial, medial ou final –, bem como as maiúsculas e as minúsculas. Na Figura 15, uma amostra do quadro *escriptográfico* de Bernardo Vieira Ravasco:

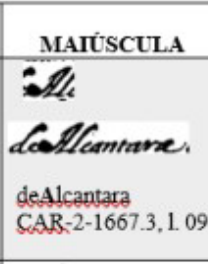

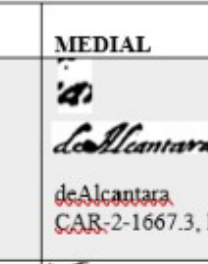
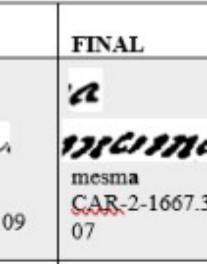
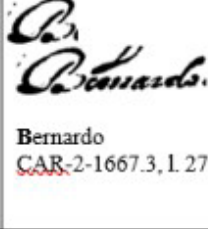
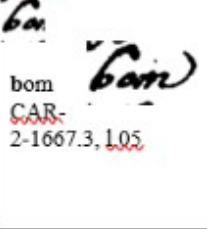
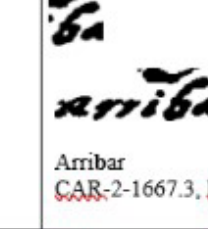

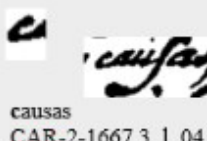
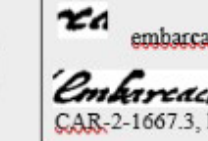
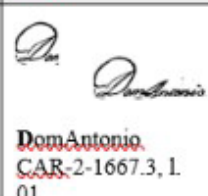
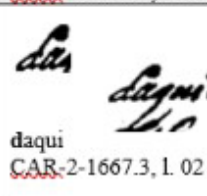
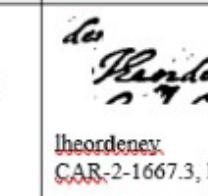
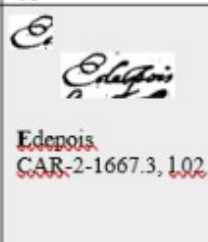
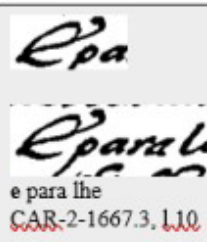
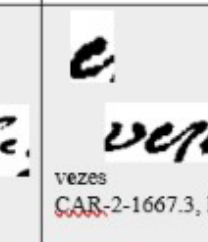
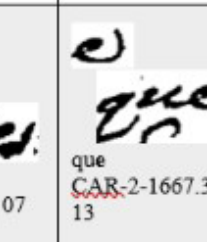
LETRA	MAIÚSCULA	INICIAL	MEDIAL	FINAL
A	 deAlcantara CAR-2-1667.3, l. 09	 altura CAR-2-1667.3 l. 23	 deAlcantara CAR-2-1667.3, l. 09	 mesma CAR-2-1667.3 l. 07
B	 Bernardo CAR-2-1667.3, l. 27	 bom CAR-2-1667.3, l. 05	 Arribar CAR-2-1667.3, l. 04	Sem ocorrência
C	 Castro CAR-2-1667.3, l. 09	 causas CAR-2-1667.3, l. 04	 embarcacoens Embarcações CAR-2-1667.3, l. 12	Sem ocorrência
D	 DomAntonio CAR-2-1667.3, l. 01	 daqui CAR-2-1667.3, l. 02	 lheordeney CAR-2-1667.3, l. 04	Sem ocorrência
E	 Edenpois CAR-2-1667.3, l. 02	 e para lhe CAR-2-1667.3, l. 10	 vezes CAR-2-1667.3, l. 07	 que CAR-2-1667.3, l. 13

Figura 15. Quadro escriptográfico de Bernardo Vieira Ravasco.

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode constatar no quadro acima, as características observadas indicam que a caligrafia de Bernardo Vieira Ravasco é muito cuidada; trata-se de uma escrita humanística cursiva, com grafemas arredondados, com um traçado pesado, hastes longas e com inclinação para a direita. O módulo, em geral, é pequeno, porém as letras maiúsculas e as iniciais possuem o módulo maior e, geralmente, apresentam laçadas.

Além dessas, puderam-se observar as seguintes características da escrita de Bernardo Vieira Ravasco:

- a) quando ocorrem as geminadas <ss>, o primeiro é longo;
- b) o grafema <s> possui alógrafos, e um deles se confunde facilmente com um <j>;
- c) a nasalidade é marcada, sobretudo, com o til <->;
- d) o grafema <h> lembra um <e> maiúsculo cursivo;
- e) o til do “ao”, ditongo nasal, está grafado sobre o “o”;
- f) <f>, o <s>, o <p> e o <q> apresentam hastes longas;

- g) o grafema <e>, quando conjunção, apresenta uma espécie de apóstrofo, além de apresentar um alógrafo <ε>;
- h) o grafema <h> possui alógrafos: um lembra um <e> maiúsculo cursivo, e o outro um minúsculo;
- i) o grafema <r> quase não apresenta curva;
- j) os grafemas <u> e <v> minúsculos são facilmente confundidos.

Os manuscritos pertencentes a Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque são compostos por 06 atestados, 02 certidões, 01 fé de ofício, 01 ofício, 01 ordem e 03 listas. Os conteúdos também são diversos, tais como declarações sobre os serviços prestados, informações sobre a economia do Estado do Brasil etc.

A escrita de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque possui grande semelhança com a escrita de seu pai, Bernardo Vieira Ravasco. Na Figura 16, uma amostra do quadro *escriptográfico* do segundo escrevente:

LETRA	MAIÚSCULA	INICIAL	MEDIAL	FINAL
A	 Alfandegas QFI-03-1722, fol. 02, l. 33	 alma QFI-03-1722, fol. 02, l. 40	 lavradores QFI-03-1722, fol. 01, l. 24	 mesma mesma. QFI-03-1722, fol. 01, l. 10
B	 Bahya QFI-03-1722, fol. 01, l. 19	 bem bem bem QFI-03-1722, fol. 01, l. 28	 fabricar QFI-03-1722, fol. 02, l. 41	Sem ocorrência
C	 Canas QFI-03-1722, fol. 02, l. 39 Comercio QFI-03-1722, fol. 02, l. 32	 carestia QFI-03-1722, fol. 02, l. 44	 fabricar QFI-03-1722, fol. 02, l. 41	Sem ocorrência
D	 Dezembro QFI-03-1722, fol. 01, l. 18	 da excessiva QFI-03-1722, fol. 02, l. 44	 a incapacidade QFI-03-1722, fol. 02, l. 51	Sem ocorrência
E	 Engenhos? QFI-03-1722, fol. 01, l. 05	 estar QFI-03-1722, fol. 01, l. 09	 doprimero QFI-03-1722, fol. 01, l. 01	 pode QFI-03-1722, fol. 01, l. 12

Figura 16. Quadro escriptográfico de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque. **Fonte:** Elaboração própria.

Percebe-se que os grafemas iniciais e os grafemas maiúsculos de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque são mais graúdos do que os de Bernardo Viera Ravasco e possuem laçadas; elas possuem um traçado pesado, com inclinação para a direita e hastes longas, sobretudo no que tange ao <s> longo e ao <y>.

Alguns aspectos gráficos desse escrevente são:

- a) o grafema <r> é traçado praticamente sem a curva;
- b) a consoante <h> lembra a vogal <e> cursiva;
- c) o <s> possui um alógrafo que se assemelha ao <j>;
- d) o <d>, em preposições com <de> e <do>, é bastante peculiar;
- e) a consoante <z> também possui alógrafos, mesmo em posição medial da palavra;
- f) a vogal <u> ora se confunde com a consoante <v>.

Assim, percebe-se, portanto, que alguns aspectos intrínsecos são comuns aos dois *scriptores*, como a caligrafia bem cuidada, com grafemas arredondados e traçado pesado; hastes longas e inclinadas para a direita; módulo, em geral, pequeno, porém as letras maiúsculas e as iniciais apresentam laçadas.

O labor da edição

Conforme Cambraia (2005), um texto pode ser disponibilizado para o leitor por meio de inúmeras formas. A escolha pelo formato deve ser baseada, dentre outras questões, no público-alvo. Assim, existem vários tipos de edições, as quais podem ser inclusas dentro de duas grandes classes: as monotestemunhais, baseadas em apenas um testemunho de um texto, são definidas pelo seu “grau de mediação”, e as politestemunhais, baseadas em mais de um testemunho (Cambraia, 2005, p. 91).

Sobre o “grau de mediação”, Loseet *al.* (2017) afirma que os tipos de edição divergem a depender do “nível de intervenção do editor”. Assim, ela afirma que “edições com nível baixo de mediação são as que apresentam o texto do documento através da sua imagem” (Loseet *al.*, 2017, p. 74); outro tipo de edição que possui um nível baixo de mediação, conforme a referida autora, é a edição paleográfica, a qual reproduz, da melhor maneira possível, uma cópia de todo o texto; já as edições com “grau moderado de mediação” são as diplomáticas e semidiplomáticas. Na edição diplomática, são mantidas as características originais do texto, inclusive as abreviaturas, embora se faça a edição com caracteres atualizados; a semidiplomática mantém as características originais dos textos, mas desenvolve as abreviaturas e marca, com algum elemento, as letras antes ausentes; também usa caracteres atualizados. Há, ainda, as edições com “alto grau de mediação”, conforme Loseet *al.* (2017, p. 75); são as edições modernizadas, nas quais o editor pode fazer a atualização ortográfica, dentre outros.

Para os estudos linguísticos, é importante utilizar uma edição com grau moderado de intervenção, pois, ao mesmo tempo em que mantém as características do texto original, facilita a leitura. Neste trabalho, optou-se, portanto, tendo em vista seus objetivos, por uma edição semidiplomática, a qual segue alguns critérios que auxiliam o leitor sobre as possíveis intervenções feitas pelo editor. A seguir, serão apresentados os critérios adotados.

Critérios para a edição semidiplomática

Para a transcrição semidiplomática dos manuscritos estudados neste trabalho, foram utilizados, sobretudo, os critérios metodológicos das *Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos – Edição Semidiplomática* do PHPB (Castilho, 1998). Além desses, optou-se por adotar o critério descrito em “o”, de Loseet al. (2009), para melhor atender às especificidades dos manuscritos em questão.

Os critérios adotados foram:

- a) as abreviaturas foram desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas e observando-se os seguintes casos:
- b) - a norma não se aplica às abreviaturas em uso corrente, a exemplo de “Sr” etc.
- c) buscou-se não estabelecer fronteira de palavras que estavam escritas juntas;
- d) buscou-se manter a pontuação original;
- e) em relação a trechos que demandaram maior esforço para decodificação, foi incluída, em nota de rodapé, uma possível interpretação.
- f) buscou-se manter a acentuação;
- g) buscou-se respeitar o emprego de maiúsculas e minúsculas, conforme o original;
- h) as grafias diferenciadas foram remetidas para nota de rodapé, onde se buscou registrar sua(s) variante(s) mais comum(ns);
- i) as inserções do escriba ou do copista, nas margens superior, laterais ou inferior, entraram na edição entre os sinais <>, na localização indicada;
- j) buscaram-se observar as intervenções de terceiros no documento original, marcando-as em outra fonte, e informando isso em nota de rodapé;
- k) letras ou palavra(s) não legíveis por deterioração ou rasura foram indicadas entre colchetes [.] para letras; [ilegível] para vocábulos; [ilegível + n linhas] para a extensão de trechos maiores.
- l) Letras ou palavra(s) simplesmente não decifradas, sem deterioração do suporte, foram marcadas por: [?] para letras; [*inint.*] para vocábulos; [*inint.* + número de linhas] para extensão de trechos maiores;
- m) a divisão das linhas do documento original foi preservada;
- n) na edição, as linhas foram numeradas de cinco em cinco, a partir da quinta;
- o) os sinais públicos, diferentemente das assinaturas e rubricas simples, foram sublinhados e indicados entre colchetes;

- p) a transcrição foi feita linha a linha, buscando-se respeitar, dentro do possível, a disposição gráfica do texto na página;
- q) as intervenções de terceiros foram marcadas em outra fonte;

Como já mencionado, os critérios auxiliam o leitor sobre as possíveis intervenções feitas pelo editor. Além disso, eles definem o grau de interferência realizado no documento. Assim, conforme os critérios mencionados acima, neste trabalho, buscou-se interferir o mínimo possível, a fim de manter as características do documento em estudo.

A edição: uma amostra

Uma amostra da edição semidiplomática será apresentada na Figura 17. Primeiramente, apresenta-se uma certidão, escrita por Bernardo Vieira Ravasco e, em seguida, um atestado escrito por Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque. A escolha desses gêneros textuais para essa pequena amostra deve-se tão somente ao espaço disponível nesta publicação (os outros gêneros textuais pertencentes ao acervo da Família Vieira Ravasco são mais extensos, sendo inviável sua exposição aqui).

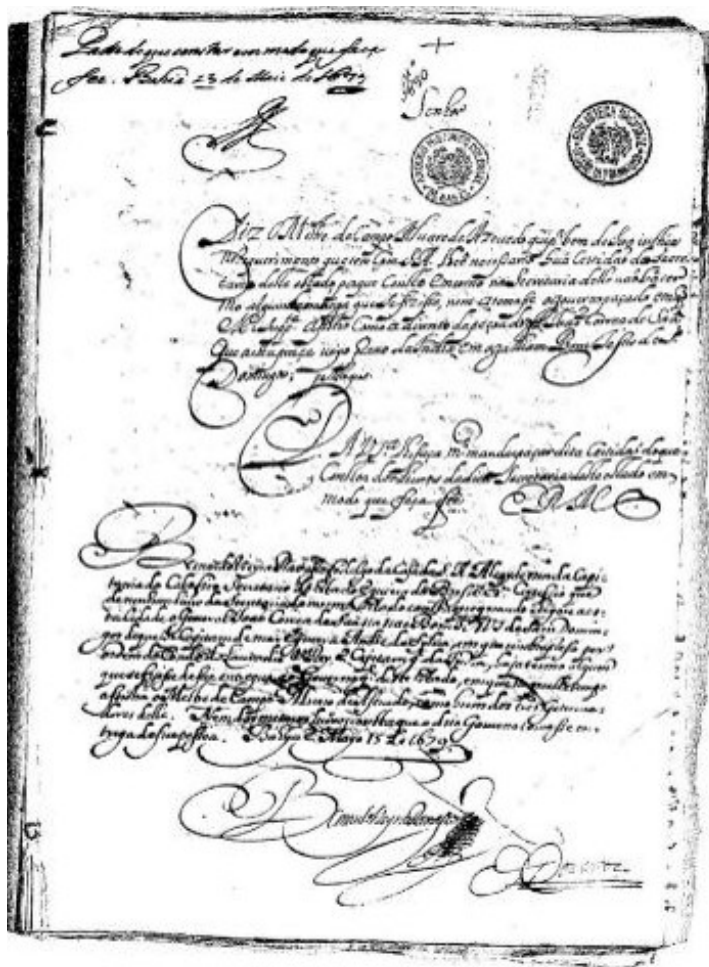


Figura 17. Certidão pertencente a Bernardo Vieira Ravasco.

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

Passe do que constar em modo quefaça+
fee.Bahia 13 de Maio de 1679⁸nº 2890
[rubrica]⁹

Senhor¹⁰

5 Diz Mestre deCampoAluarodeAzeuedoquiperabemdesuaiustiça
no Requerimento que tem ComSuaAltezaAlheênessariohuãCertidaõdosecre
tario deste estado, porque ConsteemcomonaSecretariadelle não háter¹¹
moalgumdeemtregaquesefizesse, nem a tomasse oguernopaçadoemque
[?]Supplicanteasstio Como a diuntodapeço do General JoãoCorreadeSaã
10 que aestapraçaueyopRezodaIndia em oGalliamBomJesus de Sam
Domingos; pelloque.

Pede A Vossa Senhoria lhe¹²façamerce mandarpaçarditaCertidaõ doque
constar dosliurosdaditaSecretariadeste estado em,
modo que façafeê: [*inint*]

15 Bernardo VieyraRavascofidalgodacasadeSuaAltezaAlcaydemordaCapi=
taniadoCabofrio Secretario do Estado e¹³guerra do Brasil e. Certifico que
denenhumliurodaSecretariado mesmo Estado consta quequando chegou aes=
tacidade o GeneralJoaõCorreadeSaã [*inint*]o Bom JESUS deSamDomin=
gos dequeheCapitamdemare'GuerraAndre da Sylua, em que vinhapreso per
20 ordem do Conde doLauradioViceRey e' Capitam GeraldaIndia, haja termo algum
quesefissessedesuaentreguaaoGouerno Geral deste Estado, emquenaquelltempo
assistia oMestre de Campo AluarodeAseuedo, como hum dos tresGouerna=
dores delle. Nem dos mesmos liurosconstaque o dito Gouernotomassiem=
tregadesuapessoa.Bahya e Mayo 15 de 1679¹⁴.

25 [BernardoVieiraRavasco]

Doutor

⁸ Escrita de outro punho

⁹ Uma rubrica, espécie de sinal público.

¹⁰ Abaixo da palavra “Senhor”, encontra-se o carimbo do “ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL”, e, ao lado desse, outro carimbo da “BIBLIOTECA NACIONAL”, certamente colocado posteriormente.

¹¹ O grafema “h” lembra um “g”.

¹² Essa variação do grafema “h” tem um aspecto do “e” cursivo maiúsculo.

¹³ Acima do “e”, há um apóstrofo.

¹⁴ Abaixo do 9, há uma laçada.

Observando as características extrínsecas desse documento, percebe-se a presença de carimbos, abaixo da palavra “Senhor”, sendo um do “ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL”, e o outro, bem ao lado desse, o carimbo da “BIBLIOTECA NACIONAL”. Percebe-se ainda que o documento está, aparentemente, bem conservado, sem marcas de deterioração.

Em relação às características intrínsecas, isto é, o conteúdo e algumas peculiaridades gráficas, observa-se que a certidão acima, passada por Bernardo Vieira Ravasco, aborda a inexistência de termos, nos livros da Secretaria do Estado do Brasil, em que constasse a entrega do general João Correia de Saá, datada de 15 de maio de 1679. Além disso, é possível observar a variação do grafema “h”: um é semelhante ao grafema “e”, cursivo maiúsculo, o outro, lembra o grafema “g”.

Em relação aos critérios da edição, pode-se perceber que há, no documento, a escrita de outro punho, a qual foi marcada por uma fonte diferente: “Passe do que constar em modo quefaçafee”. As abreviaturas foram desenvolvidas, e as letras omitidas foram marcadas em itálico: “*ViceRey, Geral, Sua Alteza, Pede A Vossa Senhoria*”. Letras não identificadas foram marcadas pela interrogação entre colchetes “[?]”, como se pode observar no trecho: “[?]Supplicante”. Além disso, procurou-se respeitar a pontuação original, o emprego de letras maiúsculas e minúsculas, a disposição gráfica do texto, as fronteiras de palavras etc.

Nos documentos pertencentes ao segundo escrevente, Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, percebem-se características semelhantes, como se pode notar no documento, na Figura 18.



Figura 18. Atestado pertencente a Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque. **Fonte:** Elaboração própria.

<Baía 19 setº 1719>

GonçalloRavascoCavalcantyeAlbuquerqueFidalgodacazade
 SuaMagestade, que DEUSguarde, comendador daordem de ChristoAlcayde
 mor dadidadedeCabofrio, SecretariodoEstadoeguerria do Bra=
 5 zil[?] CertificoqueemvinteehumdeAgostodesteanno, presentou
 osargentomorManuelPintodeEça ao Excelentíssimo Senbor Condedo Vi=
 mieyroGouvernadoreCapitaõ General domesmoEstado, ospapeisorignaes
 deseusserviços, quesãodefollhaprimeyra até vinte equatro, quevaõ
 numeradas eRubricadaspello Doutor ChancellordaRellação do
 10 ditoEstado; e' elles aprovados naformadasorden's de SuaMagestade
 e' RemetidosnaprimeyraviaaoConcelhoUltramarino.Epara
 constarpasseyapresente. Bahya'setembro29 de 1719.

[GoncalloRavascoCavalcanty
 Ealbuquerque]

15

Registrada [?]8175?

No que tange ao conteúdo do atestado exposto acima, observa-se que se trata de uma declaração feita pelo secretário Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque sobre a apresentação dos papéis dos serviços do sargento Manuel Pinto de Eça ao conde do Vimieyro, Governador Geral do Estado, datada de 29 de setembro de 1719.

Sobre os critérios de edição utilizados, pode-se notar o desenvolvimento de abreviaturas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas, a exemplo de “Gouvernador”, “Sua Magestade”, “DEUS guarde”, “Excelentíssimo Senhor” e “Registrada”. Além disso, pode-se perceber que se buscou respeitar, dentro do possível, a disposição gráfica do texto na página, transcrevendo-o linha a linha, além de não estabelecer fronteira de palavras que estavam escritas juntas, a exemplo das palavras “deseus serviços”, “quesaõ” “defolhapimeyra” etc. Buscou-se respeitar ainda a pontuação original, o emprego de letras maiúscula e minúscula. Percebe-se ainda, neste documento, a inserção do escriba na margem superior, a qual entrou na edição entre os sinais <>, como se pode verificar: <Baía 19 setº 1719>.

Para terminar: “porque o trabalho, a meu ver, será muito, de muitos, e não será por pouco tempo”

A pesquisa, apresentada aqui em síntese, oferece, além da descrição paleográfica, a edição semidiplomática dos manuscritos da Família Vieira Ravasco – documentos raros do período colonial brasileiro, diplomáticos e não-diplomáticos, de gêneros textuais diversificados – para pesquisadores dedicados ao estudo de tempos mais recuados do PB, especialmente estudos sobre a gênese e formação do PB culto. Fica também a edição disponível a pesquisadores de outras áreas do conhecimento, a exemplo da História, Sociologia e Geografia.

E, para terminar, cita-se Mattos E Silva (2002, p. 464), que afirmou, a respeito da reconstrução da história social linguística do Brasil, que “O trabalho será muito, de muitos, e não será por pouco tempo”. As mãos que escrevem este trabalho se somam às muitas mãos que vêm empenhando esforços para escrever uma história do PB.

Referências

- ACCIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: FUNDAJ Editora Massangana, UFPE, Editora Universitária, 1994.
- BARBOSA, Afranio Gonçalves. *Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas do comércio*. 1999. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira (org). *CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (2012-2025)*. 2022. Disponível em: <http://www.uefs.br/cedohs>. Acesso em: 1 set. 2022.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novaes; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira. Corpus eletrônico de Documentos Históricos do Sertão: etapa 1 (1750-2000). *Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências, [S. l.]*, v. 8, n. 1, p. 205-221, jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/5588>. Acesso em: 18 mar. 2022.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). *História do português brasileiro: o português brasileiro em seu contexto histórico*. São Paulo: Contexto, 2018.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPBB), Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos Edição Semidiplomática*. 1998. Disponível em: <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/normas-de-edicao-do-phpb-2a-versao>. Acesso em: 5 jan 2022.
- CERVANTES, Miguel de. *Dom Quixote*. São Paulo: Pé da Letra, 2018.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma Culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.
- KRAUSE, Thiago Nascimento. Comunicação Política e Fiscalidade: a Bahia e a Coroa no século XVII. *Anais de História de Além-Mar, [S. l.]*, v. XV, p. 337-372, 2014.
- KRAUSE, Thiago Nascimento. Crise ou prosperidade? A Bahia no século XVII. In: REIS, Adriana Dantas; ADAN, Caio Figueiredo Fernandes (org.). *Estudos em história colonial: a Baía de Todos os Santos e outros espaços Luso-Americanos*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2018. p. 71-97.
- LABOV, William. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, Winfred Philipp; MALKIEL, Yakov (org.). *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1982. p. 17-92.
- LABOV, Willian. *Principles of linguistic change: Internal factors*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994. 1 v.
- LOBO, Tânia Conceição Freire. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA E SOUZA, Hirão Fernandes; SOLEDADE, Juliana (org.). *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 305-327.

LOSE, Alícia Duhá *et al.* (col.). *Dietário do Mosteiro de São Bento da Bahia*: edição diplomática. Salvador: EDUFBA, 2009.

LOSE, Alícia Duhá *et al.* Edições de documentos históricos: a quem interessam? A quem se destinam? *Revista da ABRALIN*, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 71-86, jan./abr. 2017.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Sobre desencontros e reencontros: Filologia e Linguística no Brasil no século XX. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, n. 21-22, p. 97-108, 1998.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIM, T. Mônica. *Para a história do português brasileiro: novos estudos*. São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP/ FAPESP, 2002. v. II, p. 443-464.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Ed., 2008a.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pesquisa. *Caderno das Letras da UFF*, [S. l.], n. 34, p. 11-30, 2008b.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Linguística histórica. In: PFEIFFER, Claudia Castellanos; NUNES, José Horta (org.). *Introdução às ciências da linguagem – linguagem história e conhecimento*. [S. l.]: Pontes Editores, 2006. p. 11-48.

PUNTONI, Pedro. Bernardo Vieira Ravasco, Secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII. In: PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial 1548-1700*. São Paulo: Alameda, 2013. p. 157-178.

SANTIAGO, Huda; LACERDA, Mariana, BRITO, Rosana; CARNEIRO, Zenaide. CE-DOHS: um banco de dados sociolinguísticos para a história do português brasileiro. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v. 7, n. especial, p. 311-329, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/41640/25110>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SANTOS, Emília Carneiro dos. *Documentos da família Vieira Ravasco (XVII-XVIII)*: edição semidiplomática e elementos para uma descrição da concordância verbal. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2022.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Thiago Rodrigues. Notas de pesquisa sobre os secretários de governo no Atlântico Sul (1688-1750). In: ANPUH-Brasil - 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1554765296_ARQUIVO_notadepesquisaparaanpuh.pdf. Acesso em: 3 jan. 2022.

SILVA, João Manuel Pereira da. *Os varões illustres do Brazil durante os tempos coloniaes*. Paris: Livraria de A. Frank, Livraria de Guillaume, 1858. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7051>. Acesso em: 1 jun. 2021.